



Debate aponta resistências a proposta de terceirização



Genaldio Magalhães/Agência Senado

Projeto, que logo chegará ao Senado, prevê que empresas privadas e públicas possam terceirizar inclusive os trabalhadores das atividades-fim

O Senado começou a discutir o polêmico projeto da terceirização, que está em fase final de apreciação na Câmara. Uma audiência na Comissão de Direitos Humanos ouviu ontem, entre outros, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho e representantes de sindicatos. Todos discutiram os prejuízos que a proposta provocaria na oferta de empregos diretos. Estatísticas apresentadas no debate mostraram que as condições de trabalho dos terceirizados são piores. **3**

Sindicalistas protestam durante a audiência no Senado contra o projeto que permite que empresas terceirizem funcionários

Morre, aos 90, o ex-senador Brossard

Paulo Brossard foi ferrenho adversário da ditadura instalada em 1964 e apoiador da candidatura de Tancredo Neves na volta à democracia. **2**

Paulo Brossard, que foi jurista e político: poder de oratória e argumentos sólidos



Senado Federal

especial Cidadania Direitos das domésticas voltam à pauta



Pablo Valadunes/Agência Senado

Aprovado há dois anos no Senado, projeto que regulamenta os novos direitos das domésticas recebeu o aval da Câmara em março. Como os deputados fizeram modificações no texto, a proposta está de volta aos senadores para análise decisiva. **4 e 5**

FGTS, horas extras e fixação de jornada estão entre as novidades

Plenário retoma votação da Lei da Biodiversidade

Texto-base, que agiliza pesquisas genéticas da flora e da fauna do país, foi aprovado na semana passada. Os três destaques que ficaram pendentes serão votados hoje. Encerrada a tramitação no Senado, o projeto voltará para a Câmara dos Deputados. **7**

Senadores em votação no Plenário: pontos pendentes da nova Lei da Biodiversidade deverão ser decididos hoje



Jefferson Ruy/Agência Senado

MP amplia limite do desconto em folha **6**

Comissão examina reajuste do mínimo **6**

Oposição ainda busca novas CPIs **8**

Coleção Sessões Temáticas

Reforma política, financiamento da saúde e pacto federativo

Conheça o primeiro volume da coleção que apresenta a **íntegra das sessões temáticas**, onde senadores contam com a participação de especialistas em livres debates sobre grandes temas nacionais.



Faça o download em <http://bit.ly/1e5WFGZ>



Conhecido pela oratória, pela veemência na tribuna e pela luta para a redemocratização do país, o gaúcho de Bagé deixou sua marca na história do Congresso Nacional

Morre o ex-senador e jurista Paulo Brossard

UM DOS POLÍTICOS mais atuantes no combate ao golpe militar de 1964 e na luta pela redemocratização do país, o ex-senador Paulo Brossard morreu domingo, aos 90 anos. Natural de Bagé (RS), jurista, professor e personagem importante nos fatos que marcaram a história recente do país, Brossard integrou o antigo MDB e a frente parlamentar formada em 1984 para levar Tancredo Neves ao poder e restaurar a normalidade democrática.

No início dos trabalhos de ontem, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou voto

de pesar pelo falecimento de Brossard a pedido de Paulo Paim (PT-RS), presidente da comissão.

Brossard foi deputado estadual e federal e, em 1974, senador pelo MDB. No ano seguinte, foi escolhido vice-presidente nacional do partido, cargo que ocupou até 1979. Liderou a bancada do partido no Senado entre 1978 e 1980, posto que manteve quando da criação do PMDB. No Executivo, foi consultor-geral da República no governo José Sarney, sendo depois nomeado ministro da Justiça. Foi escolhido ministro do Supremo Tribunal Federal em 1989,



Jurista integrou Comissão Afonso Arinos, que propôs anteprojeto constitucional

onde se aposentou aos 70 anos.

Era casado com Lúcia Alves Brossard de Sousa Pinto. Descendente de pecuaristas gaúchos, ingressou na política em 1945, no Partido Libertador.

Em 1977, quando o general Ernesto Geisel, então presidente da República, editou um conjunto de leis conhecido como “pacote de abril”, fechando temporariamente o Congresso,

Brossard passou a chamá-lo de “jurista do Riacho Fundo”, em referência à residência oficial onde Geisel reunia-se com auxiliares para outorgar as medidas de exceção impostas pelos militares.

Há quatro anos, Brossard expôs seu pensamento e trajetória política à TV Senado. Considerado um dos melhores oradores do Parlamento brasileiro, ele reforça na entrevista sua característica de nunca pedir licença para dizer o que acha que deve ser dito.

Confira a entrevista na página do programa *Histórias Contadas*: <http://bit.ly/entrevistaBrossard>

A trajetória do político

23.10.1924	1945	1947	1954	1966	1970	1974	1978	1982	1985	1986	1989	1994
▪ Nasce em Bagé	▪ Filia-se ao Partido Libertador	▪ Conclui o curso de direito da atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	▪ Elege-se deputado estadual, cargo para o qual se reelegeu mais duas vezes	▪ Elege-se deputado federal pelo MDB (partido ao qual se filiou após o golpe de 1964)	▪ Candidato ao Senado, é derrotado por Daniel Krieger (Arena)	▪ É eleito senador	▪ Candidato a vice-presidente da República na chapa encabeçada pelo general Euler Bentes Monteiro. É derrotado no colégio eleitoral, por 355 votos contra 266, pela chapa João Figueiredo/Aureliano Chaves	▪ Disputa a reeleição para o Senado, mas perde para Carlos Chiarelli	▪ No governo José Sarney, assume a função de consultor-geral da República	▪ Torna-se ministro da Justiça, cargo que exerceu por três anos	▪ É indicado ministro do Supremo Tribunal Federal	▪ Aposenta-se do STF por atingir a idade máxima para atuação no serviço público (70 anos)

Polemista imbatível, ministro respeitado, defensor do estado de direito

A morte de Paulo Brossard repercutiu nas redes sociais. Senadores homenagearam o gaúcho de Bagé, que se notabilizou por ser um dos principais líderes da oposição no Senado durante a ditadura militar e durante o processo de redemocratização do país.

Roberto Requião (PMDB-PR) escreveu: “Brossard foi

um dos gigantes da democratização do Brasil. Sua coragem e oratória eletrizavam as plateias”.

José Serra (PSDB-SP) destacou as qualidades de Brossard: “No Senado, foi um valente opositor do regime militar, nos piores anos da repressão. Professor de direito, era um polemista imbatível. Jurista

respeitado, foi um dos melhores ministros que o STF já teve. Sinto orgulho pelo apoio que recebi de Paulo Brossard nas duas eleições presidenciais que disputei”, publicou o parlamentar.

A bancada gaúcha no Senado também prestou homenagens ao ex-senador.

— Foi uma das vozes mais

vigorosas e corajosas em defesa da democracia e do estado de direito — disse Ana Amélia (PP) em entrevista à Rádio Senado.

Paulo Paim (PT) destacou a capacidade de oratória do ex-parlamentar.

— Quando ele falava na tribuna, o Plenário ficava totalmente em silêncio.

Lasier Martins (PDT) registrou que Brossard ocupou posições de destaque nos três Poderes da República.

— Foi um dos únicos homens públicos do Rio Grande do Sul que atingiu o status de ministro, senador e ministro do STF. Perdemos uma das personalidades mais ilustres da República — resumiu.

Ana Amélia apresenta voto de pesar por morte

Ana Amélia (PP-RS) apresentou requerimento de voto de pesar pelo falecimento do jurista. A senadora leu o artigo “Brossard, herói da resistência”, do ex-senador José Sarney, publicado neste final de semana no jornal *Folha de S.Paulo*.

No artigo, Sarney lembra a vida do amigo que, durante seu governo, foi procurador-geral da República, ministro da Justiça e do Superior Tribunal Federal, “uma das maiores e mais permanentes vozes contra os governos militares e um liberal que ninguém conseguiu aprisionar, nem a disciplina partidária, nem a negação de seus princípios”.

— Paulo Brossard deixa o exemplo do político íntegro, do cidadão exemplar. Perde o Rio Grande, perde o Brasil, perdemos nós — afirmou.

Alvaro Dias (PSDB-PR) e Roberto Requião (PMDB-PR) também homenagearam Brossard.

Renan diz que jurista o influenciou no início da carreira

Em nota, o presidente do Senado, Renan Calheiros, lamentou a morte do jurista e ex-senador Paulo Brossard.

Segundo Renan, o “Brasil perdeu um importante político, jurista e cidadão brasileiro”. Ele lembrou que Brossard foi um símbolo na luta pela redemocratização do país e o influenciou quando ainda iniciava sua carreira política. “Enquanto me elegia deputado em 1978, pelo MDB, Paulo Brossard atuava no Senado na liderança do partido e da oposição. Mesmo depois do ‘pacote de abril’ que fechou o Congresso Nacional, o parlamentar gaúcho mostrou sua resistência e se manteve firme contra a ditadura militar”, destacou Renan.

O presidente do Senado prestou condolências a esposa, filhos e familiares do jurista.

Paim destaca atuação de Brossard nos três Poderes

Paulo Paim (PT-RS) lamentou a morte de Paulo Brossard. Ele afirmou que o jurista sempre usou seu conhecimento em favor do povo brasileiro e da democracia.

O senador destacou ainda que Brossard foi um homem dos três Poderes, tendo atuado como ministro da Justiça, no Executivo; ministro do Supremo Tribunal Federal, no Judiciário; e senador, no Legislativo.

— Uma pessoa que era envolvida, inclusive, com os direitos humanos. Sempre usou seus conhecimentos, seu saber, na defesa de toda a nossa gente, do povo brasileiro e na defesa da democracia como ninguém — disse.

Paim também lamentou a morte do escritor, historiador e jornalista uruguaio Eduardo Galeano. Ele lembrou obras como *As Veias Abertas da América Latina* e *Memória do Fogo*.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Biodiversidade**
14h Pauta prevê a votação de destakes ao PLC 2/2015 (Lei da Biodiversidade). Antes, o Plenário deve votar a MP 660/2014, sobre servidores de ex-territórios. A MP tranca a pauta.
- PRESIDÊNCIA Ordem do dia**
16h Renan Calheiros preside a sessão.
- CMA Palma de óleo**
9h Comissão de Meio Ambiente examina, entre outros, texto que dispõe sobre criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil.
- CAE Diretores do Banco Central**
10h Comissão sabatina candidatos a diretores do BC e faz audiência com a Comissão de Infraestrutura sobre o BNDES.

- CE Bolsa de estudo para empregados**
11h A Comissão de Educação aprecia, entre outros, projeto sobre concessão, pelo empregador, de bolsa de estudo aos dependentes de seus empregados.
- VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Debate**
14h A Comissão de Combate à Violência Contra a Mulher faz audiência com a ministra de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci.
- CPI DAS PRÓTESES Ministro da Saúde**
14h30 A CPI das Próteses realiza oitiva do ministro da Saúde, Arthur Chioro.
- MP 665/2014 Relatório**
14h30 A comissão responsável pela MP que altera direitos dos trabalhadores analisa relatório.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senado entra no debate das terceirizações

P revista no polêmico Projeto de Lei 4.330/2004, a possibilidade de as empresas substituírem empregados diretos por trabalhadores terceirizados nas atividades-fim começou a ser discutida ontem no Senado, numa audiência pública organizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Par-

ticipativa (CDH). O texto-base da proposta foi aprovado na semana passada na Câmara dos Deputados e os destaques deverão ser decididos hoje. Depois disso, o projeto de lei será remetido ao Senado. Na audiência de ontem, foram ouvidos representantes da Justiça, do Ministério Público e de sindicatos, que

apontaram problemas na proposta. O debate contou com a participação recorde de internautas para eventos desse tipo no ano. Foram enviados 669 comentários para a página da audiência no Portal e-Cidadania. A grande maioria das mensagens foi contrária à aprovação do projeto.

Presidente do TST sugere limite para contratação

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Antonio José de Barros Levenhagen, disse ontem na audiência pública que, enquanto o projeto de lei não for sancionado, o tribunal continuará aplicando a Súmula 331, que veda a terceirização para as atividades finalísticas.

Para evitar que as relações de trabalho não sejam muito prejudicadas pela nova legislação, o presidente do TST defendeu a fixação de tetos para a terceirização, como o de que apenas 30% dos prestadores de serviços de uma empresa possam ser terceirizados.

Outra sugestão do magistrado é que os vencimentos dos funcionários terceirizados não sejam inferiores a 80% do salário dos empregados diretos.

Levenhagen ressaltou que fazia as sugestões como cidadão.

O Congresso Nacional, de acordo com ele, vive uma “situação delicada” e deverá pôr em prática o princípio constitucional que preconiza o equilíbrio entre valores sociais do trabalho e a livre iniciativa.

A audiência pública da Comissão de Direitos Humanos foi proposta e presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

Pior condição de trabalho e maior risco de morte

Entre 2010 e 2013, nas dez maiores operações de resgate de trabalhadores em condições análogas à escravidão, quase 3.000 dos 3.553 casos envolviam terceirizados. No caso de mortes durante o serviço no setor elétrico, perderam a vida 61 terceirizados contra 18 empregados diretos em 2013.

Na construção de prédios, foram 75 mortes de terceirizados num total de 135. Nas obras de acabamento, os terceirizados responderam por 18 das 20 mortes. Nas de terraplanagem, 18 entre 19 casos. E nos serviços especializados, 30 das 34 mortes.

Os dados foram apresentados, na audiência pública, pela representante do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Lilian Marques.

Para ela, esses números refletem a forma como os terceirizados são tratados em aspectos como segurança e treinamento.

A sindicalista ainda mostrou que a rotatividade entre terceirizados é o dobro da que existe entre empregados diretos. Ela afirmou que são inúmeros os casos de empresas que fecham as portas sem pagar os contratados.

A representante do Dieese ressaltou que o PL 4.330 envol-

ve inúmeros interesses e citou como exemplo a Petrobras. Hoje, a estatal do petróleo contrata aproximadamente 360 mil trabalhadores como terceirizados, contra 86 mil diretos.

Direitos negados

O presidente da Comissão de Trabalho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Distrito Federal, Dino Andrade, disse considerar o projeto um “enorme retrocesso”.

Ele advertiu que o projeto de lei faculta à empresa o cumprimento de direitos básicos como atendimento médico, ambulatorial ou de refeição.

— Chegaremos à situação em que as empresas existirão sem empregados. O texto como está favorece apenas a classe empresarial — criticou Andrade.

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Azevedo Lima, teme que a aprovação do projeto leve ao aumento de casos de corrupção, pois avalia que vagas hoje reservadas a concursados no serviço público serão direcionadas para indicações políticas.

O senador Hélio José (PSD-DF) afirmou que sua posição é contrária ao projeto. Ele citou estudos que ligam a terceirização à redução de salários.



Paulo Paim fala na audiência pública que debateu o projeto das terceirizações: proposta logo chegará ao Senado

Procurador afirma que, se projeto for aprovado, tentará derrubá-lo no Supremo

O procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT) Helder Amorim enfatizou que o projeto é inconstitucional.

— Terceirizar atividade finalística é inconstitucional. Atinge direitos fundamentais, como o direito à greve, acordos e convenções coletivas, reduz a remuneração dos trabalhadores e as contribuições para a Previdência — disse.

Amorim afirmou que, se a proposta passar no Congresso prevendo a terceirização para as atividades-fim, no dia seguinte o MPT entrará com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) arguindo a inconstitucionalidade.

O presidente da CDH, Paulo Paim, afirmou que a proposta, da forma como está, “fortalece apenas a parte mais forte das relações de trabalho”, o que fere o espírito da legislação trabalhista.

Ele anunciou durante a audiência que recebeu um telefonema do presidente do Senado, Renan Calheiros, garantindo que será realizada uma sessão temática em Plenário sobre a proposta.

Representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a juíza Noemia Aparecida disse haver dúvidas quanto à adoção da prática até como atividade-meio.

Ela afirmou que o avanço da terceirização revela um cenário de “baixos salários, aumento dos acidentes de trabalho e burla ao direito de férias” e rebateu o argumento de que a terceirização gerará mais empregos.

— Lei não cria emprego, mas pode contribuir muito

para a precarização da qualidade do emprego.

A juíza criticou o poder público por adotar a terceirização em larga escala e alertou para o risco de redução drástica de concursos públicos caso a iniciativa se torne lei.

O mesmo risco foi apontado por Helder Amorim. Ele informou que a instituição não apresentará qualquer sugestão enquanto a previsão da terceirização nas atividades-fim não for retirada do texto.

Protestos amanhã

Dirigentes de centrais sindicais anunciaram para amanhã nova jornada de manifestações de rua e paralisações no setor produtivo. Os líderes adiantaram ainda que haverá ampla mobilização nacional no próximo 1º de maio, Dia do Trabalho, programado para ser o “mais forte e o mais pra cima” já realizado, segundo Graça Costa, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que deixou um recado aos parlamentares:

— Pode votar contra, mas teu nome e a tua foto vai para o poste em todas as cidades em que você foi votado.

A representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Telma Maria Cardia, afirmou que a terceirização abre caminho para que empregadores “inescrupulosos” escapem do cumprimento de direitos como vale-transporte e vale-alimentação.

Geraldo Ramthun, da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), observou que 19 dos 27 ministros do TST assinaram nota apontando

os malefícios do projeto, em documento ratificado por 24 presidentes de tribunais regionais do Trabalho, além de 15 corregedores. Ele disse que a NCST não abre mão da garantia da “responsabilidade solidária” da contratante.

Joilson Cardoso, da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), salientou que, segundo o Ministério do Trabalho, o país tem 12,7 milhões de trabalhadores terceirizados (26% da mão de obra ativa) e 34 milhões (74%) na atividade principal das empresas. Na média, os terceirizados ganham 22% a menos e trabalham três horas a mais.

— O que querem é colocar os 34 milhões na vala comum do rebaixamento salarial, da discriminação dentro do ambiente de trabalho, do tudo de ruim que representa a terceirização — contrapôs.

O presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), João Domingos Santos, observou que o setor público direto saiu do alcance do projeto em debate na Câmara. Mas disse que a entidade continua mobilizada contra a proposta.

Pela Central Sindical e Popular — Conlutas, Luiz Carlos Prates, observou que a “precarização” tende a ser regra em todas as áreas, com salários baixos e alta rotatividade.

Participação

Antes e durante o debate, a CDH recebeu quase 700 mensagens a respeito do projeto. Segundo Paim, à exceção de uma, todas condenavam o texto em discussão.

Direitos das domésticas entram em fase

Projeto de regulamentação das novas regras previstas na Emenda Constitucional 72, promulgada em abril de 2013 pelo Congresso Nacional, volta da Câmara dos Deputados com modificações

Larissa Bortoni

A ADOÇÃO DE novas regras trabalhistas para os empregados domésticos está entrando em uma fase decisiva. Dois anos depois de o Congresso ter promulgado a Emenda Constitucional (EC) 72, que estabeleceu mais direitos à categoria, o Senado voltará a analisar o projeto de lei que diz como a norma vai funcionar na prática e que interessa tanto aos trabalhadores quanto aos patrões.

O projeto de regulamentação foi aprovado pelos senadores em julho de 2013, três meses depois de promulgada a emenda constitucional. A proposta seguiu, então, para a Câmara dos Deputados, que, em março último, também aprovou a proposta, mas com mudanças (*leia texto e quadro ao lado*).

Por isso, o texto vai passar por novo exame dos senadores e pode receber outras modificações. A análise começará pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será relatora a senadora Ana Amélia (PP-RS).

O Brasil tem cerca de 7,2 milhões de pessoas no trabalho doméstico. São 6,7 milhões de mulheres e 504 mil homens. É o país com o maior número de trabalhadores no setor, segundo estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), divulgado em janeiro de 2013. A pesquisa mostrou também que cerca de 52 milhões de pessoas ao redor do planeta trabalham na área — 83% mulheres.

Outro levantamento, do Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (Ipea), divulgado em 2009, apontou que 61,6% das domésticas no Brasil eram negras. O serviço é de mulher, de negras e informal.

A pesquisa revelou que, naquele ano, apenas um quarto da categoria tinha carteira de trabalho assinada. A remuneração média era de R\$ 386,45, inferior ao mínimo, que, em 2009, estava em R\$ 465.

— Persequimos cada vez mais um país regido por leis modernas e justas, que não façam distinção entre os trabalhadores que exercem as suas funções em nossas casas e aqueles dos escritórios, fábricas, comércio e tantos outros locais — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros, em abril de 2013, na promulgação da EC 72 pelo Congresso.

Entre os novos direitos, estão a definição de jornada de trabalho, pagamento de horas extras e do seguro-desemprego e recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

É considerado empregado doméstico o profissional que presta serviço em residências ou nos prolongamentos das residências por mais de dois dias por semana. A tarefa é proibida a menores de 18 anos e a jornada, fixada em 44 horas semanais e 8 horas diárias.

A seguir, um resumo das novas regras de acordo com o projeto alterado na Câmara.

Hora extra

A remuneração da hora extra será, no mínimo, 50% superior

ao valor da hora normal. Se houver um acordo, a empregada poderá trabalhar duas horas a mais por dia. A hora trabalhada a mais pode ser compensada com folgas ou redução de jornada, se patrão e empregada concordarem. Esse pagamento, contudo, deve acontecer em até três meses. Se isso não ocorrer, o empregador terá de pagar o valor da hora adicional mais 50%.

Almoço e 12 horas

Os empregados domésticos têm direito a, no máximo, duas horas de almoço. Em caso de entendimento, o intervalo pode ser reduzido a meia hora, mas apenas se a jornada for compensada no mesmo dia. Assim, quem optar por esses 30 minutos, poderá trabalhar sete horas e meia.

Quando a jornada for de seis horas diárias, será obrigatório um descanso de 15 minutos depois da quarta hora.

A proposta de regulamentação traz ainda a possibilidade de um regime de trabalho de 12 horas seguidas, com 36 horas de descanso. Essa possibilidade é extensiva aos vigilantes.

Dormir no trabalho

A proposta também trata dos empregados domésticos que dormem no trabalho ou que acompanham os patrões em viagens. Quando a funcionária estiver de sobreaviso, durante a noite, essas horas devem ser remuneradas com um terço a mais que a hora normal. Em caso de viagens, a hora trabalhada deve



Dados divulgados em 2013 pela OIT mostram o Brasil como o país com maior número

ser 25% maior do que a regular.

Férias e FGTS

O empregado tem direito a 30 dias de férias após cada período de 12 meses de trabalho. Sobre as férias deve ser pago um abono de um terço do valor do salário normal. As férias podem ser di-

vidadas em dois períodos, sendo um de, no mínimo, dez dias corridos. O trabalhador doméstico tem direito à inscrição no FGTS, nas mesmas regras dos demais trabalhadores.

Simplex

O projeto determina ainda a

Elas acordam antes do sol

Quase todo dia ela faz tudo sempre igual. Amanhece antes do sol e às 5h30 está a caminho do ponto de ônibus. Mora em Valparaíso (GO), no Entorno do Distrito Federal. Reclama do engarrafamento que a faz chegar atrasada à casa dos patrões, na Asa Sul, no Plano Piloto de Brasília. Leva umas duas horas nessa jornada, que considera um inferno. Por volta das 16h30, volta para casa. Outras duas horas em ônibus lotado.

Eva de Ferreira tem 55 anos. Conta que trabalha como doméstica desde quando se entende por gente, mas só teve a carteira de trabalho assinada em 1988. A partir daí, foi sempre registrada nos empregos por que passou. Realidade, segundo ela, diferente da de muitas amigas.

— Graças a Deus eu sempre tive patrões muito bons e compreensíveis, mas já conheci mui-

ta gente que faz de empregada escrava — relata.

A doméstica tem acompanhado pela televisão e pelo rádio as notícias sobre as mudanças nas regras trabalhistas para a categoria e deseja que elas virem lei logo.

Wanda dos Santos está nessa lida desde os 10 anos, quando ainda vivia no interior do Piauí. Para fugir da miséria extrema, veio para Brasília há mais de três décadas. Conta que, nos últimos anos, a relação de trabalho melhorou muito, mas já viveu a experiência de ser tratada em condições similares à escravidão.

— Tem muita gente que acha que doméstica é trabalho escravo. Muitos obrigam a trabalhar de domingo a domingo. Muitos patrões no Piauí não sabem o que é 13º salário nem férias — protesta Wanda.

Para representante da categoria, avanços na



Parlamentares e representantes do governo e das domésticas comemoram, em 2013, aprovação do texto que ampliou direitos

base decisiva

ificações e passará por uma nova análise dos senadores



Paula Cinquetti/Agência Senado

de trabalhadores domésticos no mundo: 6,7 milhões de mulheres e 504 mil homens

criação de um regime unificado de pagamento de todas as contribuições e demais encargos. O Simples Doméstico deve ser regulamentado em 120 dias após a publicação da futura lei complementar. Com esse novo Simples, por meio de uma mesma guia, serão recolhidos os

encargos tanto dos empregados quanto dos trabalhadores.

A contribuição do patrão para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) continua a ser de 12%. Além disso, o empregador deverá pagar 8% de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

a lei não trazem desemprego

Quando o Congresso promulgou a proposta de emenda à Constituição que assegurou aos empregados domésticos direitos trabalhistas equivalentes aos dos demais trabalhadores, foi quase um deus nos acuda. Havia a expectativa e o temor de que as novas regras pudessem resultar em demissões em massa, mas a previsão não se concretizou, como assegura o secretário-geral da Fenatrad, Francisco Xavier.

O sindicalista explicou que, por conta desse “rebuliço” inicial e em função da falta de informações, muitas patroas demitiram as empregadas antigas para contratar novas.

— Fizeram isso porque achavam que teriam que pagar os direitos retroativos para as trabalhadoras que estavam há muitos anos no serviço. As patroas que não tinham a situação

regular imaginavam que teriam que fazer de forma retroativa. Houve algumas demissões, mas depois do esclarecimento essas mesmas empregadas foram recontratadas — disse Xavier.

O consultor do Senado Marcello Cassiano compara as reações à Lei das Domésticas a quaisquer outras alterações em direitos trabalhistas. Reforça que mesmo a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que é um decreto de 1943, ainda é alvo de resistências. Isso não significa, de acordo com ele, que a legislação não deva ser aprimorada.

— A CLT é uma lei que deveria ser geral, mas os pesquisadores e estudiosos sabem muito bem que o índice de informalidade do trabalho no país é altíssimo. A legislação do trabalho doméstico também corre esse risco em face do natural aumento de custos, afirmou o consultor.

Preocupação é fortalecer o trabalhador sem inviabilizar o custo de contratação

O senador Romero Jucá (PMDB-RR), que foi relator da primeira proposta de regulamentação aprovada em 2013 pelo Senado, anunciou a possibilidade de alterações no texto modificado pela Câmara. Para Jucá, é preciso que a contratação não fique muito mais cara para o empregador.

— O aspecto principal é não onerar a contratação. Nós temos que ter uma equação que dê suporte para a família poder contratar e regularizar a situação dos empregados domésticos — disse.

O parlamentar espera que o projeto, que passou dois anos para ser votado na Câmara, tenha uma análise mais acelerada no Senado. Segundo ele, trata-se de uma prioridade, uma vez que os direitos devem ser assegurados por uma legislação específica.

Um dos aspectos do texto que devem ser mais discutidos pelos senadores é o que trata do FGTS. A proposta que veio da Câmara prevê que as normas, nesse caso, sejam as mesmas já observadas para os demais trabalhadores. A redação aprovada anteriormente no Senado trazia algumas diferenças para, justamente, não pesar muito no orçamento dos empregadores.

A preocupação de Jucá é compartilhada pelo consultor do Senado Marcello Cassiano. Ele auxiliou a elaboração do texto aprovado no Senado e acredita que a proposta original era mais equilibrada no que diz respeito aos custos trabalhistas.

— Agora cabe ao Senado definir se mantém o padrão da Câmara ou se restaura o equilíbrio que existia no projeto que saiu do Senado — disse.

Apesar das possíveis alterações, Cassiano aposta que o Congresso vai reescrever a história do trabalho doméstico no Brasil. Lembra que a função sempre foi vista como não tendo regras. De acordo com ele, os patrões, especialmente os que vivem fora dos grandes centros urbanos, estavam habituados a ignorar qualquer direito.

— Os patrões podiam exigir jornadas extenuantes e tudo isso sob o pretexto de o empregado doméstico ser um membro da família. O empregado doméstico é um trabalhador igual a todos e merece os mesmos direitos previstos na Constituição federal. É claro que respeitado o fato de ele exercer o serviço na

casa de alguém. Então, é natural que haja algumas diferenças que o Congresso está tentando equalizar nesses projetos de lei que versam sobre o trabalho doméstico.

Se o assunto são direitos, o secretário-geral da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), Francisco Xavier, disse que a categoria prefere a proposta como foi aprovada na Câmara. Ele explicou que a luta histórica é pela equiparação das regras trabalhistas.

— A gente não quer nem mais nem menos. A nossa luta ao longo desses 80 anos é pelos direitos iguais. A gente considerava um retrocesso o texto que

saiu do Senado. Se for mantido, iremos lutar, inclusive alegando a inconstitucionalidade da proposta — avisou.

A deputada Benedita da Silva (PT-RJ) também defendeu a manutenção do texto que saiu da Câmara. Em discurso no Plenário daquela Casa, disse que o texto recebeu sugestões de trabalhadores, sindicalistas, além de deputados e setores do governo federal.

— Portanto, de nossa parte, não há interferência naquilo que não é devido a nós. Apenas, enquanto parlamentares, levantamos essa bandeira nesta Casa desde 1988 e trouxemos para cá este debate — declarou Benedita.

As propostas de cada Casa

Veja as principais diferenças entre o primeiro projeto de regulamentação aprovado pelo Senado há dois anos (PLS 224/2013) e o texto, já com alterações feitas pela Câmara, que agora volta para nova análise dos senadores (SCD 5/2015)

HORA EXTRA

PLS 224/2013: O pagamento de hora extra pode ser substituído por folgas, mediante acordo escrito entre empregador e empregado, se o excesso de horas de um dia for compensado em outro dia. O saldo de horas que excederem as 40 primeiras horas mensais será compensado no período máximo de um ano.

SCD 5/2015: O pagamento da hora extra pode ser dispensado se, segundo acordo escrito, o excesso de horas trabalhadas em um dia for compensado pela correspondente diminuição da jornada em outro dia. Isso deve acontecer no período máximo de três meses, respeitada a soma das jornadas semanais de trabalho previstas.

VIAGEM

PLS 224/2013: Quando o empregado acompanhar o empregador prestando serviços em viagem, apenas as horas efetivamente trabalhadas no período serão consideradas. As horas extras podem ser compensadas em outro dia. O valor da hora do serviço em viagem será, no mínimo, 25% superior ao valor do salário-hora normal. Se houver acordo, as horas extras podem ser convertidas em banco de horas, a ser usado a critério do empregado.

SCD 5/2015: O empregado que dormir, morar ou acompanhar os patrões em viagens estará de sobreaviso quando, fora da jornada normal de trabalho, permanecer aguardando, a qualquer momento, o chamado para o serviço. Essa possibilidade deve ser combinada por escrito. O valor da hora de sobreaviso será de um terço a mais da hora normal. A remuneração da hora trabalhada quando o empregado estiver em viagem para acompanhar o empregador ou sua família será acrescida de 25% sobre a hora normal.

INTERVALO

PLS 224/2013: O intervalo para repouso ou alimentação deve ter, no mínimo, uma hora e, no máximo, duas. Um acordo por escrito pode reduzir esse período para 30 minutos. No caso de empregado que more no local de trabalho, o intervalo poderá ser desmembrado em dois períodos, desde que cada um deles tenha, no mínimo, uma hora, até o limite de quatro horas ao dia.

SCD 5/2015: Nas jornadas superiores a seis horas, é obrigatório um intervalo mínimo de uma hora e, a não ser que exista um acordo por escrito ou negociação coletiva, não poderá exceder duas horas. Nas jornadas inferiores a seis horas, será obrigatório um intervalo de 15 minutos quando a duração ultrapassar quatro horas. Os intervalos de descanso não serão computados como hora de trabalho. Se houver acordo, o intervalo pode ser de 30 minutos, mas deverá ser compensado com redução da jornada de trabalho.

FGTS

PLS 224/2013: É devida a inclusão do empregado doméstico no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), na forma de regulamento a ser editado pelo Conselho Curador e pelo agente operador do FGTS. O empregador somente será obrigado a promover a inscrição e recolher a contribuição para o FGTS após o regulamento entrar em vigor. O empregador depositará o equivalente a 3,2% sobre a remuneração devida a cada trabalhador. Esse dinheiro será usado para o pagamento da indenização compensatória da perda — sem justa causa ou por culpa do empregador — do emprego do trabalhador doméstico. Nos casos de dispensa por justa causa ou a pedido, de término do contrato de trabalho a prazo determinado, de aposentadoria e de falecimento do empregado doméstico, os valores equivalentes a 3,2% serão movimentados pelo empregador. Os valores equivalentes a 3,2% serão depositados na conta vinculada do trabalhador e somente poderão ser movimentados por ocasião da rescisão contratual.

SCD 5/2015: É obrigatória a inscrição do empregado no FGTS com as mesmas regras dos demais trabalhadores. Entre elas, o depósito de 8% sobre a remuneração mensal por parte do empregador.

Saiba mais

Video com senador e consultor
<http://bit.ly/videoEmenda72>

Emenda Constitucional 72
<http://bit.ly/emenda72>

Substitutivo da Câmara
<http://bit.ly/SCD5de2015>

Veja todas as edições do **Especial Cidadania** em www.senado.leg.br/especialcidadania

Proposta amplia para 40% o percentual do salário que pode ser comprometido. Texto também autoriza empréstimo ao BNDES e permite que caminhoneiro refinance dívida

Senado avalia medida que aumenta limite de desconto em folha

ESTÁ CHEGANDO AO Senado a Medida Provisória 661/2014, que autoriza a União a dar empréstimo de R\$ 30 bilhões ao BNDES. A proposta, convertida no PLV 2/2015, passou pelo Plenário da Câmara dos Deputados na quinta-feira.

Durante a tramitação, a MP sofreu importantes modificações. Entre elas, a possibilidade de os trabalhadores aumentarem o limite de descontos autorizados em suas folhas de pagamento. Atualmente, os trabalhadores podem comprometer até 30% da folha com descontos relativos a contratos de empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil. A MP acrescenta mais 10% apenas para despesas relacionadas ao cartão de crédito, passando o total a ser de 40% da remuneração. A medida vale também para aposentados e pensionistas do INSS.

No Plenário da Câmara, o deputado Alfredo Kaefer (PSDB-PR) incluiu uma emenda, que foi aprovada por 298 votos a 95, proibindo o BNDES de se recusar a fornecer informações sobre operações de empréstimo com base em sigilo contratual, incluindo empréstimos para obras no exterior.

A falta de informações sobre as operações financeiras do banco tem sido alvo de críticas de parlamentares opositores. No Senado, a oposição tentou instaurar uma CPI para investigar contratos secretos, financiamentos considerados suspeitos e prejuízos sofridos pela instituição.

Em discurso no Plenário, o líder do bloco de oposição, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), defendeu a abertura da “caixa-preta do BNDES”:

— Muitos empréstimos são sigilosos, como os concedidos a Cuba e Angola. Não sabemos, de modo geral, prazo de carência, objetivos e taxa de juros. A caixa-preta do BNDES precisa ser aberta.

Caminhoneiros

Outra mudança, feita pelo relator, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), diz respeito à inclusão na MP do refinanciamento de dívidas contraídas por caminhoneiros na compra de caminhões. A iniciativa é fruto de um acordo com o governo para que

Emendas

MP 661 sofreu modificações durante a tramitação, agregando novos dispositivos

Empréstimo

São R\$ 30 bilhões de crédito ao BNDES, por meio de emissão de títulos da dívida pública para o banco, com o objetivo de atender a demanda de fim de ano do setor produtivo para compra de bens de capital, como máquinas e equipamentos.

Folha de pagamento

Aumenta o limite de descontos autorizados pelo trabalhador na folha de pagamentos para incluir despesas com cartão de crédito.

Sigilo

Proíbe o BNDES de se recusar a fornecer informações sobre operações de empréstimo com base em sigilo contratual, incluindo empréstimos para obras no exterior.

Extensão rural

Direciona um mínimo de 2,5% dos recursos emprestados pelo BNDES ao custeio de atividades em extensão rural com taxas subsidiadas.

Caminhoneiros

Autoriza refinanciamento de parte da dívida na compra de caminhões. Autônomos, empresas de transporte e arrendadoras com receita bruta de até R\$ 2,4 milhões poderão refinar as 12 primeiras parcelas a vencer após a formalização do pedido de refinanciamento.

a categoria encerrasse uma greve, em março deste ano. O pedido de refinanciamento poderá ocorrer até dezembro de 2015 para contratos firmados até dezembro de 2014.

Superávit

Originalmente, a MP 661 tinha como objetivo principal prever o uso do superávit financeiro para cobrir despesas primárias obrigatórias, como pagamentos de servidores públicos e benefícios da Previdência. Mas o próprio governo apoiou a retirada de tal previsão do texto da MP por não ver necessidade da medida neste momento.

O superávit financeiro é o dinheiro que sobra no caixa do governo no encerramento do ano sem comprometimento com alguma destinação específica. A legislação atual só permite o uso desse superávit para pagamento da dívida pública.

Congresso estuda reajuste do salário mínimo

As comissões mistas criadas para analisar a admissibilidade das Medidas Provisórias (MPs) 672/2015 e 673/2015 fazem amanhã as primeiras reuniões, às 14h10 e às 14h20, respectivamente. As reuniões serão destinadas à instalação das comissões e à eleição de presidente e vice-presidente. As comissões emitirão um primeiro parecer sobre as MPs, que irão em seguida para exame dos Plenários da Câmara e do Senado.

A MP 672/2015 estende a atual política de reajuste do salário mínimo até 2019. Segundo a regra, o aumento do mínimo é calculado com base na correção da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior mais a variação do produto interno bruto

(PIB) de dois anos anteriores.

A medida foi assinada pela presidente Dilma Rousseff em 24 de março e tem o texto idêntico ao do Projeto de Lei 7.469/2014, do deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), que teve o texto-base aprovado em 10 de março, mas sem a análise dos destaques.

Já a MP 673/2015 altera o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para suspender a obrigatoriedade de emplacamento para máquinas agrícolas. Só serão exigidos registros de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza, ou a executar trabalhos de construção ou de pavimentação, se transitarem em via pública.

(Com informações da Agência Câmara)

Mudanças no seguro-desemprego em análise

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 665/2014 se reúne hoje, às 14h30, para analisar o relatório do senador Paulo Rocha (PT-PA). A medida alterou as regras para a concessão de seguro-desemprego, triplicando o tempo exigido de carteira assinada para o trabalhador demitido ter direito ao benefício. O parecer de Paulo Rocha ainda não foi divulgado.

Parte do ajuste fiscal promovido pelo governo federal, a MP 665/2014 e a MP 664/2014 — que mudou as regras para concessão de pensão por morte — representam uma

redução das despesas obrigatórias de R\$ 18 bilhões, segundo as contas do Executivo.

No entanto, as medidas enfrentam resistência tanto de parlamentares da base do governo quanto da oposição, que exigem mudanças nos textos para que eles sejam aprovados no Congresso. Para o relator, o governo errou ao não dialogar com o movimento sindical e os trabalhadores antes de editar a MP 665.

A reunião está marcada para o plenário 6 da Ala Nilo Coelho.

(Da Agência Câmara)



Segurados do INSS enfrentam filas: ajuste fiscal altera direitos previdenciários e trabalhistas

Projeto regula profissão de quiropraxista

O primeiro item da pauta de votações da reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) de amanhã é o projeto de lei que regulamenta o exercício da profissão de quiropraxista. O parecer de Paulo Paim (PT-RS) é favorável à aprovação do PLS 599/2011, que foi proposto pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). Caso seja aprovada, a proposta seguirá para

apreciação do Plenário antes de seguir para votação na Câmara.

A quiropraxia, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), é uma profissão que lida com o diagnóstico, o tratamento e a prevenção das dores do sistema neuro-músculo-esquelético. De acordo com o relatório de Paim, a graduação na área é oferecida em 15 países.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Vicentinho Alves

Segundo-secretário: Zeze Perrella

Terceiro-secretário: Gladson Cameli

Quarta-secretária: Ângela Portela

Suplentes de secretário:

Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez

Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes

Coordenação de Edição: Silvío Burle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Cíntia Sasse, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Senado deve concluir Lei da Biodiversidade hoje

Destaques que ainda faltam para finalizar votação de novo marco legal aguardam análise dos senadores no Plenário. Proposta agiliza pesquisa genética da fauna e flora no país

PARA CONCLUIR A votação do novo Marco Legal da Biodiversidade (PLC 2/2015), os senadores devem analisar hoje três destaques apresentados ao projeto, que teve o texto principal da lei aprovado na semana passada. A expectativa é que os últimos pontos da proposta sejam apreciados após a votação da Medida Provisória (MP) 660/2014, que tranca a pauta do Plenário. A MP alterou a situação dos servidores civis e militares e dos empregados públicos dos ex-territórios do Amapá e de Roraima.

O texto-base da nova legislação, vindo da Câmara dos Deputados, pretende modernizar a lei em vigor e agilizar as normas que regulamentam a pesquisa e a exploração econômica da biodiversidade brasileira.

Agora os senadores precisam definir três aspectos sobre os quais não há consenso. O primeiro é o que prevê repartição de benefício obrigatória apenas quando o componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional for um dos elementos principais de agregação de valor do produto final. Emendas aprovadas nas Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Ciência e Tecnologia (CCT)



Conhecimento tradicional dos povos que vivem na Floresta Amazônica poderá ser compartilhado para criação e venda de produtos, de acordo com nova legislação

determinam que seja obrigatória a repartição de benefício sempre que o produto resultar de uso de patrimônio genético ou conhecimento associado, mesmo que não esteja entre os principais elementos de agregação de valor.

Outra questão a ser discutida é a isenção da repartição de benefícios quando o produto acabado resultar de pesquisa iniciada antes de 29 de junho de 2000 — para alguns parlamentares, a isenção deve ser dada apenas a quem iniciou a exploração econômica do produto acabado (e não apenas a pesquisa) antes desta data.

Por fim, os senadores precisam decidir se vão ou não

substituir o termo “populações indígenas”, usado no projeto, pelo termo “povos indígenas”.

Avanço

O novo marco legal simplifica as regras para pesquisa de plantas e animais nativos e incentiva a produção de novos fármacos, cosméticos e insumos agrícolas. Também amplia as possibilidades de compensação a comunidades tradicionais que venham a disponibilizar à indústria seu conhecimento sobre o uso de recursos do patrimônio genético.

Após a conclusão da votação, o projeto volta à Câmara, por causa das alterações.

Ligação Manaus-Ecuador favorecerá comércio com Ásia, afirma Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse ontem que os governos do Brasil e do Equador estão negociando o Projeto Manta-Manaus, que beneficiará as exportações brasileiras. Trata-se de um corredor fluvial e rodoviário que ligará Manaus ao Porto de Manta, no Equador, oferecendo uma rota alternativa ao Canal do Panamá, visando, principalmente, ao comércio com a Ásia.

A senadora explicou que os produtos daquele continente passarão pelo porto e depois serão levados à cidade de Le-

ticia, na Colômbia, passando por Tabatinga (AM) e chegando a Manaus. Ela disse que há um estudo que mostra a economia e a competitividade do Projeto Manta-Manaus. Hoje os produtos levam de 40 a 60 dias para chegar ao Oriente.

— Não tenho dúvida nenhuma da capacidade do Estado brasileiro, da capacidade do governo, do Parlamento brasileiro de superar esse momento difícil e que na sequência possamos retomar os projetos que nos ajudem a alavancar a nossa economia — destacou.

Plenário volta a debater dívida estadual

O projeto que obriga a União a colocar em prática o novo indexador das dívidas dos estados continua na pauta do Senado. O resultado da votação depende da definição das bancadas dos estados sobre a proposta do governo de adiar a aplicação do novo índice.

O item é o terceiro da pauta, depois da MP 660/2014 e das emendas à Lei da Biodiversidade (PLC 2/2015).

A mudança no indexador das dívidas é uma reivindicação antiga de governadores e prefeitos. O texto virou lei em 2014 (Lei Complementar 148/2014), mas o governo não colocou em prática por não estar regulamentada. O projeto em pauta (PLC 15/2015 — Complementar) deixa claro

que a renegociação das dívidas depende de regulamentação e dá prazo de 30 dias para que o governo federal assine os aditivos contratuais.

A preocupação do governo é com o aumento de gastos. A mudança, segundo o Ministério da Fazenda, geraria perda de R\$ 3 bilhões neste ano. Agora, a proposta do governo é adiar a aplicação para fevereiro de 2016 com o compromisso de ressarcir aos estados e municípios o que for pago a mais em 2015.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), diz acreditar que a proposta será aceita. O conteúdo estará em uma emenda de Romero Jucá (PMDB-RR).

— Aquilo que foi acertado aqui tem uma grande possi-

bilidade de ser a base de um entendimento. Espero que aconteça — disse.

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a iniciativa.

— Nós temos pressa. Para se ter uma ideia, o governo do Paraná perderia neste ano R\$ 141 milhões.

Também estão na pauta o PLC 13/2015, que prevê a participação da Polícia Federal em investigação de roubo a banco quando houver indício de atuação interestadual; o PLS 279/2012, que reduz para 60 anos a idade mínima para receber o benefício de prestação continuada (BPC); e o PLC 13/2013, que reconhece as carreiras de engenheiro e arquiteto como exclusivas de Estado.

Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres fala hoje a comissão

A ministra-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci, participa hoje de audiência pública no Senado. Ela vai apresentar à Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher as políticas de enfrentamento à violência adotadas hoje no Brasil. A iniciativa de chamar a ministra foi da presidente da comissão, Simone Tebet (PMDB-MS), e de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora especial da Mulher do Senado.

Antes da audiência, a comissão irá escolher o relator

e votar três requerimentos: o primeiro, de autoria de Vanessa, pede diligências em cada uma das regiões brasileiras para obter informações sobre as políticas públicas de combate à violência contra a mulher; o segundo, apresentado pela deputada Moema Gramacho (PT-BA), propõe audiência pública para apresentação da Ronda Maria da Penha, executada na Bahia; e o último, de iniciativa da vice-presidente da comissão, deputada Keiko Ota (PSB-SP), propõe discutir a violência contra mulheres policiais.

A reunião será às 14h, na sala 9, Ala Alexandre Costa.

Ana Amélia cobra decisão rápida sobre novo indexador

Ana Amélia (PP-RS) defendeu a votação, na sessão de hoje, do novo indexador das dívidas estaduais. A senadora também deseja ver aprovada sua emenda prevendo que o valor pago a mais em 2015 pelos estados seja ressarcido por meio do abatimento do saldo devedor ou por compensação de encargos do próximo ano.

Para ela, a votação do projeto já foi adiada demais:

— Amanhã [hoje], finalmente, teremos a hora da verdade. Vamos saber se poderemos votar a mudança de indexador. Porque o governo já empurrou isso com a barriga por muito tempo — disse.

A senadora afirmou também que o governo não pode

ignorar as manifestações com o argumento de que menos pessoas se mobilizaram no último domingo.

Para Ana Amélia, o governo deve dar o exemplo e cortar gastos na estrutura do Estado, em vez de simplesmente apresentar propostas de ajustes que restringem direitos trabalhistas e previdenciários.



Vanessa e Simone convidaram ministra Eleonora Menicucci para audiência

Capiberibe defende transparência para combater corrupção

João Capiberibe (PSB-AP) manifestou preocupação com os casos de corrupção no Brasil e afirmou que a transparência dos órgãos de governo pode colaborar com o combate ao desvio de recursos públicos. Segundo o senador, o Brasil tem convivido desde a década de 80 com manchetes escandalosas sobre corrupção.

Para Capiberibe, as CPIs e as investigações do Ministério Público não têm sido suficientes para conter o problema. Ele disse que os órgãos públicos precisam cumprir as previsões legais sobre transparência. O senador pediu apoio da imprensa na divulgação da lei que determina disponibilização, em tempo real, de informações sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (Lei Complementar 131/2009, de autoria dele) e cobrou mais participação da sociedade.

— Não temos alternativa a não ser que a sociedade se mobilize para exercer controle dos gastos públicos. Foi para isso que o Congresso aprovou a lei.

Alvaro quer reduzir vagas na Câmara e no Senado

Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu ontem a redução do número de senadores por estado. Em vez de três, seriam dois. Ele também quer reduzir em 20% o número de vagas na Câmara, que conta com 513 parlamentares.

As medidas, argumenta o senador, diminuiriam as despesas do Legislativo. Além disso, a redução do número de parlamentares daria mais legitimidade e representatividade ao Congresso.

Alvaro disse que de nada adianta cobrar do governo o ajuste das contas públicas e o fim da corrupção se o Legislativo não der o exemplo e também cortar despesas.

— Nós pretendemos um Legislativo mais enxuto, mais econômico e mais qualificado, valorizado, certamente mais respeitado pela população. Essa redução não compromete a democracia — disse.

Ele ainda defendeu que as lideranças de oposição participem das manifestações para cobrar o fim da corrupção e, até mesmo, pedir o impeachment da presidente da República.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senadores da oposição pretendem conseguir apoio para investigar supostas fraudes do BNDES e em fundos de pensão de empresas públicas. Após retirada de assinaturas, instalação ficou comprometida



Senadoras Ana Amélia e Aloysio Nunes articulam para conseguir adesões para criação de duas comissões de inquérito

Oposição insistirá em CPIs que perderam assinaturas

A OPOSIÇÃO AO governo no Senado continua na tentativa de criar as CPIs para examinar investimentos do BNDES e dos fundos de pensão de empresas públicas federais. Na semana passada, Ronaldo Caiado (DEM-GO), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Ana Amélia (PP-RS) haviam coletado assinaturas suficientes para formalizar as comissões, mas alguns senadores retiraram o apoio na última hora e inviabilizaram os requerimentos. As assinaturas já existentes não são perdidas.

A CPI do BNDES, articulada por Caiado, chegou a ter 28 assinaturas — uma a mais do que o número exigido pelo regimento —, mas seis delas foram canceladas pelos autores antes de a comissão ser confirmada pela Mesa Diretora. Caiado se disse “surpreendido” e de-

clarou ver, no ato, a participação do governo federal.

— Todas as denúncias informam que está exatamente ali a grande caixa-preta, com desvios bilionários em empréstimos para empresas brasileiras, que seriam os grandes financiadores do PT. A repercussão atingiria toda a estrutura de governo. A preocupação em não deixar que progrida a instalação da CPI é algo que mostra que o governo se ocupou de tentar impedi-la — afirmou.

Ronaldo Caiado disse que tentará uma aproximação com a bancada do PSB, composta por seis senadores, para tentar obter as assinaturas que faltam. Os parlamentares socialistas, porém, foram decisivos para inviabilizar a CPI dos Fundos de Pensão, visto que 5 das 6 assinaturas retiradas, de um total de 32, eram de pessebeistas.

Gurgacz: ajuste correto pode responder às ruas

“Precisamos dar uma resposta positiva às manifestações populares.” O alerta é de Acir Gurgacz (PDT-RO), que afirmou que as manifestações de domingo foram legítimas.

Segundo o senador, o fato de menos pessoas terem participado não é importante. O relevante, disse, é que os três Poderes entendam o recado e adotem medidas para frear a corrupção e punir os culpados. Para atender as ruas e fazer o país avançar, Gurgacz disse que o ajuste fiscal precisa ser aprovado pelo Congresso.

— Precisamos acelerar a tramitação das MPs 664 e 665 [de 2014] e discutir as medidas certas dos cortes — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vanessa lamenta defesa da ditadura nas manifestações

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lamentou ontem que, entre os participantes de manifestações do último domingo, algumas pessoas tenham feito apologia à ditadura, defendendo a volta do regime militar.

— Isso pode tomar corpo e peso em nosso país, o que é extremamente ruim, danoso à democracia, danoso à liberdade, danoso à justiça social.

Após repudiar esses gestos, a senadora disse que é importante que o Congresso promova as reformas que a população deseja.

Ela também comemorou o encontro histórico no sábado, no Panamá, entre os presidentes dos Estados Unidos, Barack Obama, e de Cuba, Raúl Castro, que marcou a retomada do diálogo entre os dois países.

O líder da bancada, João Capiberibe (PSB-AP), chegou a justificar sua decisão e a dos colegas por meio de uma nota oficial divulgada na quinta-feira.

“A proliferação de CPIs dispersa o trabalho do Senado, enfraquece a investigação, desvia as atenções do debate das grandes questões nacionais”, disse na nota.

Aloysio, um dos encarregados da mobilização pela CPI dos Fundos de Pensão, declarou que a retirada das assinaturas foi “vergonhosa”.

— Fala-se em aplicação de recursos desses fundos em títulos da dívida pública da Venezuela, para se ver a que ponto chega a temeridade. Mais da metade dos prejuízos contabilizados pela indústria dos fundos de pensão provém de operações prejudiciais — argumentou.

Agripino relata participação em protestos

José Agripino (DEM-RN) disse que participou das manifestações pelo combate à corrupção, no domingo, em Natal. Ele afirmou que a indignação com irregularidades na Petrobras e a insatisfação com o governo Dilma estavam entre os motivos do protesto. Para o senador, as manifestações “não são de ninguém, mas da sociedade brasileira”.

Agripino também destacou projetos dele em favor da juventude, como o PLS 103/2015, que institui o auxílio-capacitação ao jovem empreendedor do campo, e o PRS 14/2014, que cria, no Senado, o Prêmio Jovem Empreendedor.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Requião pede “correção de rumos” para o país

Roberto Requião (PMDB-PR) propôs ontem uma ampla “correção de rumos” para o país, salientando que a ocasião é propícia à discussão de um projeto nacional contra o “descontrole das forças do mercado”. Na avaliação dele, está esgotado o ciclo de capitalismo financeiro combinado com expansão do consumo.

O senador associou a abertura econômica à “quebradeira” da indústria brasileira e ao domínio dos cartéis internacionais e criticou os “dependentistas”, que desprezam o Brasil e lucram com a crise, cobrando propostas de substância que busquem a origem dos males do país. Entre as propostas, Requião sugeriu controle de câmbio, corte de juros e impostos, taxação de fortunas e fortalecimento da integração latino-americana.

— O nosso mandato não terá valor, trapacearemos a confiança dos brasileiros se, diante da oportunidade que nos oferece a crise, não tivermos coragem de subverter a ordem que mantém o país dependente, violento e atrasado.

Bezerra apoia nova regra que favorece obra pública

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) parabenizou ontem o governo por editar o decreto que regulamenta o procedimento de manifestação de interesse, que permite ao empreendedor privado a elaboração de projetos, levantamentos ou estudos que poderão ser usados pelo poder público em futuras contratações.

O procedimento de manifestação de interesse, segundo o senador, pode suprir a deficiência de infraestrutura existente no país e assegurar a maior participação do capital privado nesse setor, algo importante num momento de crise econômica.

Bezerra explicou que, no procedimento de manifestação de interesse, a empresa ou pessoa revela a intenção de elaborar o projeto ou estudo de infraestrutura. Se o pedido for aceito pela administração pública, todos os interessados poderão participar do procedimento licitatório, o que dará a devida transparência ao processo, que é regido por regras claras, acrescentou.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado